

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE  
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - BCPREVI**

**EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO  
SETOR PÚBLICO (DCASP)**

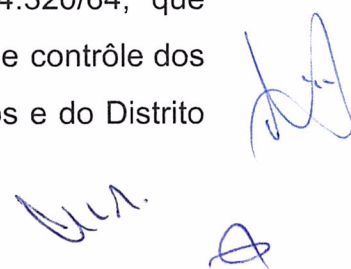
**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**1.1 *Natureza Jurídica da entidade:*** Autarquia Municipal de Assistência Previdenciária do Município de Balneário Camboriú - BCPREVI, órgão público com personalidade jurídica, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 07.252.009/0001-39;

**1.2 *Domicílio:*** estabelecido na Rua Dinamarca nº 175, Bairro Nações na cidade de Balneário Camboriú - Santa Catarina;

**1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:*** Instituído pela Lei Municipal nº 2.421, de 21 de dezembro de 2004, com o objetivo de dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos os seus beneficiários, e compreende um conjunto de benefícios que atendam às seguintes finalidades: - "garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e falecimento; e proteção à maternidade e à família".

**1.4 *Declaração de conformidade:*** as demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito



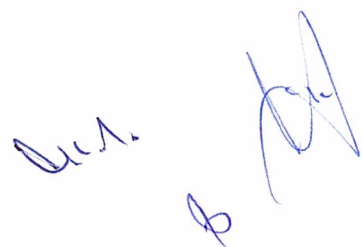
Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina bem como todas as determinações impostas pelo mesmo, Portarias, Manual e IPCs da Secretaria do Tesouro Nacional, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC T 16) conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016 que dispõe sobre o cronograma de ações para implementação de procedimentos contábeis padronizados que poderá ser revisto no exercício de 2020 para ser harmonizado com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

## **2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

**2.1 Base de mensuração utilizada:** Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis têm por base o custo histórico das transações.

**2.2 Novas normas e políticas contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional.



**2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:** Dos créditos, tributários ou não, por competência, todas as contribuições previdenciárias, tanto retidas do servidor, como as contribuições patronais, dos ativos e inativos, bem como, as parcelas de aportes para cobertura de déficit atuarial foram reconhecidas, mensuradas e evidenciadas por competência durante o exercício.

O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência foi implantado no exercício de 2017.

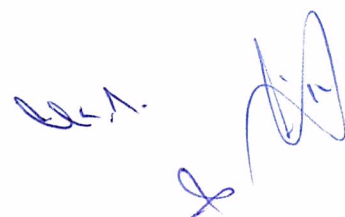
O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangível está previsto e implantado de acordo com Decreto Municipal n.º 7.404/2014 e 7.540/2014.

O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.

A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2019 e não foi implantado nem está em implantação.

A aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para consolidação das contas nacionais, foi implementada integralmente no exercício de 2015.

### **3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE**





De acordo com artigo 15, da Instrução Normativa n.º 20/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), que estabelece critérios para organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico e dá outras providências:

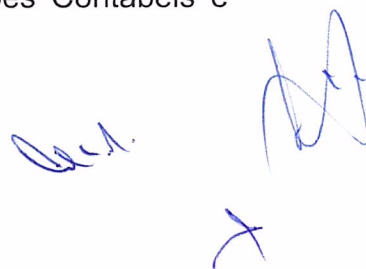
“Art. 15. A prestação anual de contas de gestão deve estar acompanhada dos balanços e demonstrativos contábeis exigidos pelas Leis nº 4.320, de 17 de março de 1964, e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme o caso.

§1º A unidade jurisdicionada deve apresentar os documentos mencionados no caput atualizados em conformidade com as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda.”

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) serão elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964 atualizadas pela Portaria STN nº 437 e 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei n.º 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e





pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
7. Notas Explicativas.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).


As demonstrações contábeis apresentam informações extraídas dos registros e dos documentos que integram o sistema contábil da entidade.

As demonstrações contábeis conterão a identificação da entidade do setor público, da autoridade responsável e do contabilista.

A divulgação das demonstrações contábeis e de suas versões simplificadas é o ato de disponibilizá-las para a sociedade e compreende, entre outras, as seguintes formas:

1. Publicação na imprensa oficial em qualquer das suas modalidades;
2. Remessa aos órgãos de controle interno e externo, às associações e a conselhos representativos;
3. Disponibilização das Demonstrações Contábeis para acesso da sociedade em local e prazos indicados;
4. Disponibilização em meios de comunicação eletrônicos de acesso público.

U.L.A.



A

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis e contém informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários.

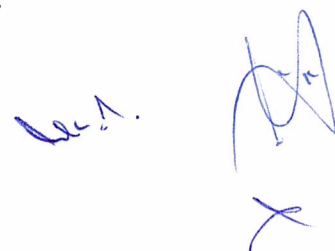
### **3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

No Quadro Principal, são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza. No caso da despesa, a classificação funcional também é utilizada complementarmente à classificação por natureza.

No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados, são informados os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. Os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

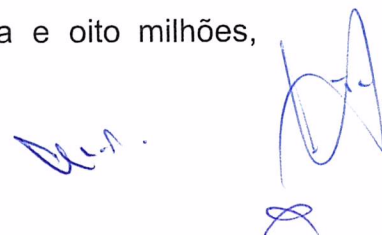
No Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados, são informados os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução. São informados, também, os restos a pagar inscritos na condição de não processados que tenham sido liquidados em exercício anterior.



É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

O resultado orçamentário apurado no exercício de 2019 foi superavitário na importância de R\$ 110.523.742,56, (cento e dez milhões, quinhentos e vinte e três mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), 57,35% acima do superávit de 2018 que foi de R\$ 70.238.906,84 (setenta milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e seis reais e oitenta e quatro centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita e despesa realizadas (despesas empenhadas), durante o exercício. No exercício foi realizado 128,55% das previsões de receitas e 96% do orçamento das despesas devidamente atualizadas foi empenhado, demonstrando desequilíbrio entre receitas e despesas realizadas, favorável às receitas. A transferência financeira; não consta no demonstrativo, mas em nota explicativa, como preceitua o capítulo V do MCASP; sendo que em 2019 os valores recebidos foram de R\$ 5.789,20 (cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos), sendo que não houve transferências financeiras concedidas pelo BCPREVI. Essa transferência recebida se refere à reembolso pela Prefeitura de Balneário Camboriú, devido a verbas sucumbenciais pagas à servidor aposentado conforme preceitua a Lei Municipal nº 3.955 de 2016.

As Receitas Patrimoniais de aplicação financeira em 2019 foram arrecadadas 185% em relação ao previsto R\$ 88.505.476,51 (oitenta e oito milhões,





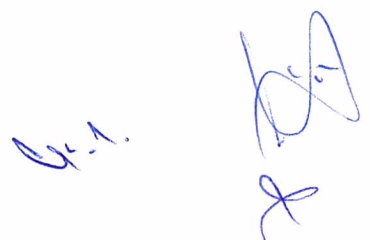
quinhentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e um centavos). Diferentemente do ano de 2018 que arrecadou 87,45% do previsto, devido à volatilidade do mercado financeiro, cenário macro e microeconômico, bem como as dificuldades de um ano eleitoral, mesmo não atingindo a arrecadação prevista, a meta atuarial do BCPREVI, de "IPCA + 6% = 9,92%", ficou muito próximo ao seu atingimento em 9,70%, correspondendo a 97,78% da meta. Já no ano de 2019 a performance da carteira de ativos do BCPREVI, (19,76%) veio por compensar a de 2018, ficou em 186,59% da meta atuarial de 10,59%.

As Receitas decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS teve seu recebimento em 100% do estimado, R\$ 16.800.000,00 (dezesesseis milhões e oitocentos mil), em decorrência da aprovação da Lei Complementar nº 15 de 01 de julho de 2016, e Decreto regulamentador nº 9.018 de 26 de julho de 2018.

Foi recebido a título de compensação previdenciária – COMPREV, o valor de R\$ 958.264,20 (novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), 27,6% acima do arrecadado em 2018 que foi de R\$ 750.804,91 (setecentos e cinquenta mil, oitocentos e quatro reais, e noventa e um centavos), referentes a deferimentos de processos antigos pelo INSS.

Foi previsto a arrecadação de R\$ 15.000,00 com Alienação de Bens Móveis do BCPREVI, porém não houve nenhum leilão de inservíveis em 2019.

Com relação aos Restos a Pagar, houve uma diminuição do saldo dos RP não processados em 2019 pelo cancelamento de R\$ 9.708,11 e pagamento de R\$ 143.712,67, e quanto aos RP processados e não processados liquidados houve uma diminuição no saldo de 2019 pelo cancelamento de R\$ 196.193,78.



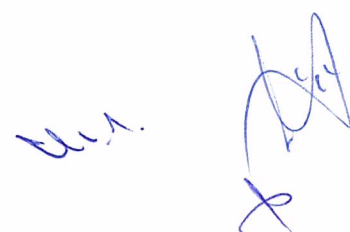
### 3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

O saldo transportado para o exercício seguinte no BCPREVI é de R\$ 546.674.392,55 (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Uma evolução financeira em relação ao saldo do ano anterior acima de R\$ 110 milhões, em virtude do superávit financeiro do exercício. Durante o exercício foram cancelados Restos a Pagar no valor de R\$ 205.901,89 (duzentos e cinco mil, novecentos e um reais e oitenta e nove centavos), motivados pela desistência da entrega do material e/ou execução do serviço por parte dos fornecedores. O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritas Obrigações a Pagar para o exercício seguinte na ordem de R\$ 834.056,56 (oitocentos e trinta e quatro mil, cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), e baixados via pagamentos em R\$ 145.856,32 (cento e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos), entre processados e não processados de restos a pagar de exercícios anteriores.



Houve um decréscimo de valor na rubrica Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados oriundo de um Direito a receber de uma ação judicial movida pelo BCPREVI referente ao processo nº 0265672-80.2011.8.19.0001 - depósito judicial fundo Piatã FI RF LP Previdenciário Crédito Privado. Bem como houve um bloqueio judicial da conta do BCPREVI referente ao processo nº 0500988-52.2013.8.24.0005.

### **3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)**

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade. As contas do ativo estão dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade enquanto as contas do passivo, estão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

#### **3.3.1 Patrimônio Líquido**

O Resultado Patrimonial do exercício apresenta Superávit de 69.885.248,66 (sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e





quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos) 35,31% abaixo do resultado do ano anterior 108.029.349,46 (cento e oito milhões, vinte e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos), conforme verificado no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais, isso em decorrência da atualização da Provisão Matemática Previdenciária, oriundo do Estudo Atuarial de 2019, data base 2018. O resultado encontrado no citado estudo atuarial foi deficitário em R\$ 30.475.001,25 (trinta milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, um real e vinte e cinco centavos), equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 9.018 de 26 de julho de 2018. Há um saldo credor de resultados de exercícios anteriores de R\$ 16.694.203,22 (dezesesseis milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e dois centavos), que somado ao Resultado do Exercício, apresenta o Resultado Acumulado superavitário em R\$ 86.579.451,88 (oitenta e seis milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos).

### 3.3.2 Créditos a Curto Prazo

Estes valores se referem a saldos a receber de contribuições previdenciárias conforme tabela abaixo:

Contribuições Retidas do Servidor – Ente	R\$ 1.192.433,34
Contribuições Patronais - Ente	R\$ 2.679.810,58
Contribuições Retidas do Servidor Fundação Cultural BC	R\$ 912,38
Contribuições Patronal - Fundação Cultural BC	R\$ 1.824,76
Contribuições Retidas do Servidor Fundação Esportes BC	R\$ 5.814,49
Contribuições Patronal - Fundação Esportes BC	R\$ 9.769,00

Ass.  
A

Contribuições Retidas do Servidor - Câmara de Vereadores	R\$ 335,44
Encargos s/apropriação de férias e 13° salário - Ente	R\$ 2.449.635,12
Encargos s/apropriação de férias e 13° salário - EMASA	R\$ 93.378,11
Encargos s/aprop.de férias e 13° salário - Câmara Vereadores	R\$ 113.935,90
Encargos s/aprop.de férias e 13° salário - Fund.Cultural BC	R\$ 3.679,07
Contribuições Patronal - Funservir (saldo 2011)	R\$ 74,06
Depósitos Judiciais	R\$ 15.113,08
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.566.715,33</b>

### 3.3.3 Investimentos de Aplicações temporárias em curto prazo

O total dos recursos financeiros aplicados junto ao mercado financeiro ao final de 2019 é de **R\$ 546.628.702,49** (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e dois reais e quarenta e nove centavos); e está composta conforme tabela abaixo.

SEGUIMENTO	VALOR	Enquadramento na Resolução CMN 3.922/2010, 4.604/2017 e 4.695/2018
Fundos de Investimentos em Renda Fixa	R\$ 142.731.627,78	Art. 7º, inciso IV "a"
F.I. em Renda Fixa Crédito Privado	R\$ 2.118.843,12	Art.7º, inciso VII, alínea "b"
F.I. em Títulos do Tesouro	R\$ 259.274.259,97	Art. 7º inciso VII, alínea "b"
<b>Total Renda Fixa</b>	<b>404.124.730,87</b>	<b>73,9% da carteira</b>
Fundo de Ações referenciados	R\$ 11.125.980,93	Art. 8º, Inciso I, "a"
Fundo de Investimentos em Ações	R\$ 116.734.571,48	Art. 8º, inciso II, "a"
Fundo de Investimentos Multimercados	R\$ 8.550.793,01	Art. 8º, inciso III

Fundo Investimentos em Participações	R\$ 3.597.115,24	Art. 8º, inciso IV,, "a"
Fundo de Investimentos Imobiliários	R\$ 2.495.510,96	Art. 8º, inciso IV, "b"
<b>Total Renda Variável</b>	<b>142.503.971,62</b>	<b>26,1% da carteira</b>

### 3.3.4 Imobilizado

Composto somente de Bens Móveis no valor de R\$ 222.611,57 (duzentos e vinte e dois mil, seiscientos e onze reais e cinquenta e sete centavos). As taxas de depreciação utilizadas são as fixadas pelo município através do Decreto nº 7621 de 05 de dezembro de 2014. Sendo que até o exercício atual o saldo em depreciação acumulada é de R\$ 18.664,80 (dezoito mil, seiscientos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), representando 8,38% do saldo dos Bens Móveis.

Visando atender ao disposto no MCASP, 5ª edição, parte II, bem como aos prazos determinados no Art. 6º da Portaria STN nº 437, de 12 de Julho de 2012, foi realizado em 2017 a reavaliação e mensuração dos bens móveis do BCPREVI, onde foi constituída uma comissão para as atividades por intermédio do Decreto nº 7.404 de 05 de Junho de 2014 e, n.º 7.540 de 10 de outubro de 2014.

### 3.3.5 Obrigações Trab., Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

Nesta rubrica houve um relevante aumento de saldo em relação ao exercício anterior, 284,6%. Explica-se pela liquidação dos valores de benefício



previdenciários, auxílio doença, salário maternidade e salário família referentes à dezembro de 2019, somente pagos no início de 2020.

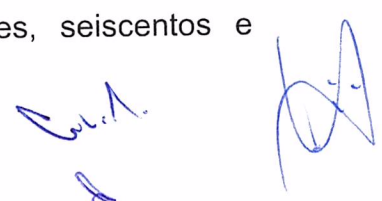
### 3.3.6 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

As provisões a curto prazos referentes a férias, 13º salário e encargos foram contabilizadas no exercício, com saldo a pagar de R\$ 44.667,90 (quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e noventa centavos). O saldo na rubrica de provisões a longo prazo refere-se à Provisão Matemática Previdenciária oriunda do estudo atuarial de 2019 data base 2018, o qual apresentou Déficit Atuarial de R\$ 30.475.001,25 (trinta milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, um real e vinte e cinco centavos), equacionado com a aprovação da Lei Complementar Municipal nº 15 de 2016, e regulamentado pelo Decreto municipal nº 9.018 de 26 de julho de 2018. Abaixo tabela com a evolução dos resultados atuariais dos últimos anos:

Referência	Valor
2016 data base 2015	239.232.751,09
2017 data base 2016	156.622.074,79
2018 data base 2017	49.338.311,28
2019 data base 2018	30.475.001,25

### 3.3.7 Superávit Financeiro

Durante o exercício foi apurado Superávit Financeiro na ordem de R\$ 545.640.178,70 (quinhentos e quarenta e cinco milhões, seiscentos e



quarenta mil, cento e setenta e oito reais e setenta centavos), 25,39% acima do exercício anterior, isso, em decorrência das obrigações mais relevantes do BCPREVI estarem registrado no Permanente, Provisões Matemáticas Previdenciárias, Exigíveis no Longo Prazo como preceitua o MCASP.

### **3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)**


A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

A DVP permite a análise das alterações dos elementos patrimoniais e do desempenho da administração pública.

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações ativas e variações passivas sendo superavitário no montante de R\$ 69.885.248,66 (sessenta e nove milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e seis centavos), 35,3% a menor que o resultado do exercício anterior que foi de R\$ 108.029.349,46 (cento e oito milhões, vinte e nove mil, trezentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos). No saldo da rubrica Transferências Intra-governamentais há R\$ 16.800.000,00 (dezesseis milhões e oitocentos mil) que se refere a parcela anual recebida a título de equacionamento de déficit atuarial amortizado, conforme Decreto Municipal 9.018/2018. No saldo na rubrica, Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, inclui-se as arrecadações recebidas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em virtude da Compensação Previdenciária – COMPREV, no montante de R\$ 958.264,20 (novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta e quatro reais e vinte

cu. p.  
x



centavos). Os valores constantes nas rubricas Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas dentro das VPAs, bem como a rubrica Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas, dentro das VPDs, referem-se à contabilização da atualização da Provisão Matemática Previdenciária trazida pelo novo estudo atuarial de 2019, data base 2018. A rubrica Desincorporação de Passivos compõe-se dos cancelamentos de restos a pagar, no montante de R\$ 196.090,32 (cento e noventa e seis mil, noventa reais e trinta e dois centavos). A rubrica Variações Patrimoniais Aumentativas a Classificar refere-se a valores devolvidos aos cofres do BCPREVI pelas Instituições financeiras no montante de R\$ 30.663,83 (trinta mil, seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos), sendo que tais valores estavam bloqueados pois tratavam-se de pagamentos de benefícios previdenciários de exercícios anteriores, porém estavam pendentes de alvarás judiciais para liberação.

Dentro das VPDs, na rubrica de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas, estão contabilizados os Rendimentos Negativos em Aplicações Financeiras além dos valores positivos, ou seja, que superaram os valores das receitas no exercício, assim como preceitua o TCE-SC, na Tabela de eventos contábeis, (2.78.4), no montante de R\$ 233.869,90. O saldo de R\$ 1.708.559,92 R\$ 1.298.956,88 nas VPDs, Tributárias, refere-se ao montante de PASEP pago no ano, 31,5% acima do exercício anterior, isso devido ao aumento da arrecadação das receitas correntes do BCPREVI, principalmente as receitas de rendimentos de aplicação financeiras.

Justifica-se a redução neste exercício no Resultado Patrimonial do Período, pela contabilização da atualização da provisão matemática, considerando que em 2019 o acréscimo de VPAs., foi bem maior que o acréscimo de VPDs., em relação à 2018, se expurgado os lançamentos da provisão matemática. Em 2018 houve, no cálculo atuarial, um reconhecimento relevante na rubrica de resultados equacionados, que elevou o saldo das VPAs., e que impactou positivamente o resultado daquele ano.





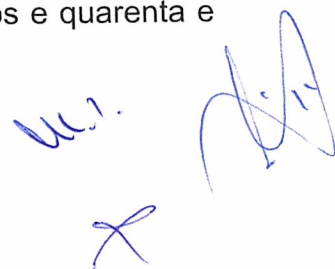
### 3.5 Demonstrações do Fluxo de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Pode ser analisada, também, mediante comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

O Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações foi superavitário em R\$ 111.450.287,70 (cento e onze milhões, quatrocentos e cinquenta mil, duzentos e oitenta reais e setenta centavos), 59% acima do resultado do exercício anterior que foi de R\$ 70.010.541,03 (setenta milhões, dez mil, quinhentos e quarenta e um reais e três centavos). As atividades de Investimentos apresentaram déficit de R\$ 34.522,10 (trinta e quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e dez centavos), referente a aquisição de bens móveis, sem que houvesse qualquer ingresso desta natureza. Não houve operações de atividades de financiamentos. A geração líquida de Caixa e Equivalente de Caixa foi de R\$ 111.415.765,60 (cento e onze milhões, quatrocentos e quinze mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos). Um acréscimo de 59,19% em relação ao ano anterior. O Caixa e equivalente de caixa final é de R\$ 546.893.149,37 (quinhentos e quarenta e



seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, cento e quarenta e nove reais e trinta e sete centavos), aumento de 23,79% em relação ao saldo de 2018.



**ALLAN MULLER SCHROEDER**  
Diretor Presidente  
BCPREVI



**SIDNEI LUIZ RIQUETTA**  
Contador – BCPREVI  
CRC/SC 029.989/O-1